

Turismo e Meio Ambiente: Carta Encíclica *Laudato Si'* sobre o cuidado da casa comum

Eduardo TABORDA JESUS¹

Resumo: O artigo apresenta reflexões ao aproximar ao estudo do Turismo o conteúdo da Carta Encíclica² “Laudato Si’: sobre o cuidado da casa comum”. A pesquisa é uma revisão teórica de natureza qualitativa e utiliza o método de análise de conteúdo. Seus resultados contribuem para identificar o posicionamento político-ambiental da Santa Sé - enquanto país membro observador da ONU - e Igreja Católica, enquanto instituição religiosa. As questões referentes à raiz humana da crise ecológica; educação e espiritualidade ecológica, e as orientações e ações propostas nessa carta são lidas de forma a entendê-las como facilitadoras para o processo do planejamento turístico ao ver na raiz humana a integralidade do ser vivo como um ser bio-psico-sócio-espiritual.

Palavras-chave: Laudato Si’; Turismo; Igreja Católica.

1 Raiz Humana Integral:

Ao escolher como tema “Turismo e Sustentabilidades” a ANPTUR permite ampliar as bibliografias normalmente estudadas no meio acadêmico do Turismo no Brasil. Analisar as difusas áreas que podem englobar essas ‘sustentabilidades’ amplia o leque de autores que podem ser inclusos como bibliografia indispensável no estudo do Turismo e da Hospitalidade. Para, também, contribuir com isso, parece oportuno verificar a literatura existente de autoria da Santa Sé com enfoque nos estudos na área do Turismo e Hospitalidade. A Carta Encíclica *Laudato Si'* é um exemplo entre muitos. As mensagens para o Dia Mundial do Turismo, escritas desde 1980, as menções sobre o fenômeno do Turismo já constantes nos documentos do Concílio Vaticano II, os questionamentos de Bento XVI sobre os estudos da capacidade de carga dos santuários católicos, as orientações relativas aos profissionais dos aeroportos e navios... enfim,

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade, Universidade de Caxias do Sul; Mestre em História da Arte, Patrimônio e Turismo Cultural, Universidade de Coimbra; Bacharel em Turismo, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; Bolsista PROSUP/CAPES; Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2909404522185386> . E-mail: etjesus1@ucs.br

² As Cartas Encíclicas abordam questões doutrinárias e não dogmáticas, não sendo exigida dessa forma uma irrestrita observância. Contudo, permanece em voga o orientado pelo papa Pio XII na Encíclica *Humane Generis* (1950, AAS 20) quando afirma: “Nem se deve crer que os ensinamentos das encíclicas não exijam, por si, assentimento, sob alegação de que os sumos pontífices não exercem nelas o supremo poder de seu magistério. Entretanto, tais ensinamentos provêm do magistério ordinário, para o qual valem também aquelas palavras: “Quem vos ouve a mim ouve” (*Lc 10, 16*); e, na maioria das vezes, o que é proposto e inculcado nas encíclicas, já por outras razões pertence ao patrimônio da doutrina católica. E, se os romanos pontífices em suas constituições pronunciam de caso pensado uma sentença em matéria controversa, é evidente que, segundo a intenção e vontade dos mesmos pontífices, essa questão já não pode ser tida como objeto de livre discussão entre os teólogos.”

uma gama de textos que, desde 1952, propõe reflexões sobre as sustentabilidades inerentes ao estudo e trabalho nas áreas relacionadas ao Turismo. (TABORDA JESUS, 2014).

Propor investigação e aprofundar - no Turismo - um texto de matiz religiosa pode causar questionamentos acerca da concepção de Ciência X Fé do autor do artigo, as opiniões desse sobre Estado Laico X Estado Ateu, ou até mesmo sobre a validade dessa aproximação em um ambiente que, mesmo admitindo a possibilidade dos pares possuírem algum tipo de crença, o inconsciente coletivo científico possa recomendar que essa manifestação seja realizada apenas no âmbito do foro íntimo. Francisco (2015) prevê alguns desses possíveis questionamentos e manifesta compreender que

uma ecologia integral requer abertura para categorias que transcendem a linguagem das ciências exactas ou da biologia e nos põem em contacto com a essência do ser humano (...) Uma ciência, que pretenda oferecer soluções para os grandes problemas, deveria necessariamente ter em conta tudo o que o conhecimento gerou nas outras áreas do saber, incluindo a filosofia e a ética social. Mas este é actualmente um procedimento difícil de seguir. Por isso também não se consegue reconhecer verdadeiros horizontes éticos de referência. A vida passa a ser uma rendição às circunstâncias condicionadas pela técnica, entendida como o recurso principal para interpretar a existência. Na realidade concreta que nos interpela, aparecem vários sintomas que mostram o erro, tais como a degradação ambiental, a ansiedade, a perda do sentido da vida e da convivência social. Assim se demonstra uma vez mais que « a realidade é superior à ideia. (AAS³ XX).

Compreender caminhos para a essência do ser humano parece ser uma chave de leitura entre o religioso, psicológico e científico. Chegar a soluções de ordem prática em matérias distintas – como a ecológica - deveria observar todos os aspectos do ser humano, contemplando assim sua integralidade. Frankl (1998), em sua escola psicoterápica, defende que para poder-se falar de ser humano e pessoa em sua completude, necessariamente, deve-se abordar o ente espiritual:

Pelo fato de o ser humano estar centrado como indivíduo em uma pessoa determinada (como centro espiritual e existencial), e somente por isso, o ser humano é também um ser integrado: somente a pessoa espiritual a unidade e totalidade do ente humano. Ela forma essa

³ Todas as publicações oficiais da Igreja Católica são citadas de acordo com as normativas da Santa Sé, através da sigla “AAS”, que significa “Acta Apostólica Sedis”, seguida do número do parágrafo que ela consta. Como os documentos são pensados para serem publicados de forma conjunta nos cinco continentes, em inúmeros idiomas e através do endereço eletrônico da Santa Sé, a citação da página acaba por não ser tão precisa no momento de pesquisa às fontes quanto ao AAS do parágrafo citado.

totalidade como sendo biopsicoespiritual. Não será demais enfatizar que somente essa totalidade tripla torna o ser humanos completo. Portanto não se justifica, como frequentemente ocorre, falar do ser humano como uma ‘totalidade corpo-mente’; corpo e mente podem constituir uma unidade, por exemplo ‘unidade’ psicofísica, porém essa unidade jamais seria capaz de representar a totalidade humana. A essa totalidade, ao ser humano total, pertence o espiritual, e lhe pertence como a sua característica mais específica. Enquanto somente se falar de corpo e mente, é evidente que não se pode estar falando da totalidade. (FRANKL, 1998).

Sendo Frankl um não cristão, parece ganhar significativa relevância a inclusão do aspecto espiritual para a concepção da integralidade da pessoa. Para a análise que propõe esse artigo, a existência de uma linha psicoterápica reconhecida e que possui esse entendimento basta para justificar a escolha de uma Carta Encíclica em que o tema do cuidado ambiental foge da responsabilidade dogmática proposta por um chefe religioso. Embora, nesse cenário, parece razoável a autoridade máxima da Santa Sé, e Igreja Católica, escrever um documento como uma Carta Encíclica⁴, em um tema que aborda não apenas o tema do meio ambiente, mas traz à raiz humana da crise ecológica e sua integralidade; a educação e espiritualidade ecológica. Com a gravidade da problemática ambiental que a sociedade contemporânea passa, estranho seria a omissão da Santa Sé nessa pauta. Francisco (2015) surpreende quando apresenta aos seguidores, e posteriormente a todo o mundo, as justificativas espirituais e morais como embasadoras para o cuidado que o ser humano deve ter com o meio ambiente e a raiz humana ecologia. Francisco utiliza no subtítulo “o cuidado da casa comum” evidenciando compreender o assunto como algo que ultrapassa os limites da própria religião, mas a utiliza para conscientizar e propor mudanças paradigmáticas no pensamento e comportamento individual do ente humano. Para ele, o que está em risco é o futuro dessa “Casa comum”, e a “... preocupação pelo que está a acontecer ao nosso planeta.” (FRANCISCO, 2015, p. 19/20).

1.1 É a humanidade que precisa mudar

“É a humanidade que precisa mudar. Falta consciência de uma origem comum”. (FRANCISCO, 2015, p. 119). Repensar a educação ecológica é a principal maneira apresentada para conseguir-se algum êxito quando se trata de reverter os danos causados pelo próprio homem a natureza. Para àqueles que creem, essa conscientização - pela religião e pela educação ambiental - transforma, dignifica e aproxima o ser humano do seu criador. Para os que não creem, Francisco (2015) justifica no estudo filosófico quando inquieta sobre as ações que o mesmo ser humano, os mesmos países,

⁴ A Carta Encíclica Laudato Si’ foi a primeira a ser escrita pelo Papa Francisco. Esse fato carrega, também, o simbolismo da importância do tema para a Igreja Católica nesse momento contemporâneo.

acabam por não realizar enquanto discursam sobre a necessidade de se modificar o modo de vida pelo bem comum do planeta.

A consciência da gravidade da crise cultural e ecológica precisa de traduzir-se em novos hábitos. Muitos estão cientes de que não basta o progresso actual e a mera acumulação de objectos ou prazeres para dar sentido e alegria ao coração humano, mas não se sentem capazes de renunciar àquilo que o mercado lhes oferece. Nos países que deveriam realizar as maiores mudanças nos hábitos de consumo, os jovens têm uma nova sensibilidade ecológica e um espírito generoso, e alguns deles lutam admiravelmente pela defesa do meio ambiente, mas cresceram num contexto de altíssimo consumo e bem-estar que torna difícil a maturação doutros hábitos. Por isso, estamos perante um desafio educativo. (FRANCISCO, 2015, AAS 209)

Francisco (2015) aborda a crise “cultural e ecológica” e, logo após, a “mera acumulação de objectos ou prazeres para dar sentido e alegria ao coração humano”. Também nisso Frankl oferece importante reflexão quando propõe o distanciamento da linha psicoterápica que criou, a Logoterapia, com Freud (Primeira Escola Vienense de Psicoterapia) e Adler (Segunda Escola Vienense de Psicoterapia). Frankl (Terceira Escola Vienense de Psicoterapia) entende que o que move o ser humano não seria o entendido na visão Freudiana como vontade do prazer, ou para Adler como a vontade do poder. Em Frankl a chave interpretativa do ser humano é a vontade de sentido. A teimosa vontade de que a vida humana faça algum sentido, esta é a verdade interior que sempre retorna e chama a inquietudes, o motor da vida humana, sua motivação.

O Papa católico também entende que ao acumular cada vez mais objetos ou prazeres em detrimento ao real sentido do que eles significam, como fator de uma incessante busca de algo que culmina no consumo cada vez maior, desordenado, e agressivo ao ambiente em que vivemos, o meio ambiente estaria condenado pois o ser humano não seria capaz de renunciar aquilo que o mercado está sempre pronto a oferecer, o que aumenta de forma desordenada a produção e o consumo dos bens finitos. Dar um sentido a própria existência permite, e nesse momento a mensagem é direcionada diretamente aos jovens, que eles utilizem sua sensibilidade ecológica e um espírito generoso, como motivador para as mudanças que entende serem necessárias para a conservação da casa comum.

Mas mais que direcionar a necessidade de uma busca de sentido, Francisco também norteia a necessidade de mudanças nos estilos de vida e consumo enquanto cidadão, e nessa perspectiva aproxima o texto dos leitores não crentes, mas que têm a preocupação humana do zelo e cuidado com o meio ambiente. Se a linguagem que parece ditar o ritmo das relações comerciais é a ditada pelo intangível mercado, e para

esses a busca de sentido se resume a uma busca incessante e a qualquer custo pelo lucro, Francisco lembra as ações individuais organizadas que geram mudanças administrativas e de posicionamentos nas grandes corporações contemporâneas.

Uma mudança nos estilos de vida poderia chegar a exercer uma pressão salutar sobre quantos detêm o poder político, económico e social. Verifica-se isto quando os movimentos de consumidores conseguem que se deixe de adquirir determinados produtos e assim se tornam eficazes na mudança do comportamento das empresas, forçando-as a reconsiderar o impacto ambiental e os modelos de produção. É um facto que, quando os hábitos da sociedade afectam os ganhos das empresas, estas vêem-se pressionadas a mudar a produção. (2015, AAS 206).

Essas mudanças nos estilos de vida que influenciam nas políticas de preservação ambiental dificilmente poderiam ser pensadas apenas no conhecimento individual de cada cidadão. Para a propagação desses conhecimentos o papel das pesquisas acadêmicas e científicas torna-se vital para reger a quantidade de informações sobre esse assunto, e que ora são profícuos, e ora carecem de um maior embasamento técnico e científico. Para tal, Francisco (2015) ressalta a necessidade do papel do investigador enquanto autor e propagador do conhecimento, que só é atingido com uma séria e real atenção à educação.

2 Educação e espiritualidade ecológica:

O papel formal da investigação e da pesquisa é considerado essencial para Francisco. Uma das propostas concretas apresentadas com vistas para que a humanidade encontre de forma mais precisa as respostas técnicas em questões como aquecimento global, água portátil, preservação dos animais em vias de extinção, entre outros, é o investimento em pesquisas científicas:

É preciso investir muito mais na pesquisa para se entender melhor o comportamento dos ecossistemas e analisar adequadamente as diferentes variáveis de impacto de qualquer modificação importante do meio ambiente. Visto que todas as criaturas estão interligadas, deve ser reconhecido com carinho e admiração o valor de cada uma, e todos nós, seres criados, precisamos uns dos outros. Cada território detém uma parte de responsabilidade no cuidado desta família, pelo que deve fazer um inventário cuidadoso das espécies que alberga a fim de desenvolver programas e estratégias de protecção, cuidando com particular solicitude das espécies em vias de extinção. (2015, AAS 42).

Se Francisco considera o investimento à pesquisa uma forma de alcançar-se a melhor compreensão do comportamento humano e ambiental no planeta, essa não é a única forma de propagação do conhecimento que ele entende ser adequado. O agir local em uma pequena comunidade também é destacado no momento que que essas pequenas ações passam a fazer parte de uma rede de cuidados planetários que têm ações benéficas diretas que, mesmo apenas locais, têm reflexos diretos na qualidade de vida dos autóctones.

Nalguns países, há exemplos positivos de resultados na melhoria do ambiente, tais como o saneamento de alguns rios que foram poluídos durante muitas décadas, a recuperação de florestas nativas, o embelezamento de paisagens com obras de saneamento ambiental, projectos de edifícios de grande valor estético, progressos na produção de energia limpa, na melhoria dos transportes públicos. Estas acções não resolvem os problemas globais, mas confirmam que o ser humano ainda é capaz de intervir de forma positiva. (2015, AAS 58).

Faz parte da educação católica distinguir os graus de dignidade que cada ser vivo possui, de acordo com a criação. Na doutrina católica, também como na judaica, a “criação” não significa apenas um nome dado para o agir criador no corpo tangível. O entendimento da ação criadora da matéria também no intangível reascende interpretações de ordem metafísica, e que também podem contribuir quando propõe abordar a integralidade do ser. Quando nesses documentos encontra-se referências a criação é preciso a compreensão ser ela, para essa crença, o momento inicial de uma existência tangível, e intangível. O corpo, matéria, e sua parte espiritual, possuidora de um respeito e dignidade própria específica a cada espécie.

Outros autores vão ao encontro desse pensamento. Na impossibilidade desse artigo comportar a vasta justificativa sobre os caminhos circundantes a Fé e Razão. A ciência e o dogma, partilho aquele do autor que considero ter uma ampla e interessante bibliografia a respeito: Zilles (2015), designa natureza assim:

Designamos a totalidade das coisas; tudo o que existe. Formulando mais precisamente: tudo o que existe, antes da ação humana. Assim, com a palavra natureza designamos os astros, a terra, a paisagem, as plantas e os animais, mas também o próprio ser humano enquanto dado como realidade orgânico-espiritual. (p. 162)

Por tratar-se matéria de crença dogmática, mesmo dentro da própria instituição religiosa percebe-se posicionamentos distintos, e até mesmos díspares em relação ao mesmo tema. Por esse estudo tratar-se de reflexões e análises da Carta Encíclica *Laudato Si'*, e pelo fato que crença católica a figura do Papa ser tanto o chefe religioso, quanto o chefe de estado da Santa Sé, não parece produtivo recorrer a textos periféricos

de outros autores deixando de lado o posicionamento considerado pelo detentor, de fato, da autoridade para falar em nome do catolicismo. Esse breve esclarecimento é importante no momento que a Encíclica passa a utilizar uma característica mais doutrinária, e que inclusive permite interpretações sobre a necessidade de uma mais profunda análise em tema proposto pelos bispos do Brasil. Eis o que manifesta Francisco (2015):

Os bispos do Brasil sublinharam que toda a natureza, além de manifestar Deus, é lugar da sua presença. Em cada criatura, habita o seu Espírito vivificante, que nos chama a um relacionamento com Ele. A descoberta desta presença estimula em nós o desenvolvimento das virtudes ecológicas. Mas, quando dizemos isto, não esqueçamos que há também uma distância infinita, pois as coisas deste mundo não possuem a plenitude de Deus. Esquecê-lo, aliás, também não faria bem às criaturas, porque não reconheceríamos o seu lugar verdadeiro e próprio, acabando por lhes exigir indevidamente aquilo que, na sua pequenez, não nos podem dar. (2015, AAS 88).

Pode-se, aqui, destacar duas ações importantes: 1) Os Bispos da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) terem manifestado que “toda a natureza, além de manifestar Deus, é lugar de sua presença”; e 2) O papa ter complementado: “quando dizemos isto, não esqueçamos que há também uma distância infinita, pois as coisas deste mundo não possuem a plenitude de Deus”. E segue:

Isto não significa igualar todos os seres vivos e tirar ao ser humano aquele seu valor peculiar que, simultaneamente, implica uma tremenda responsabilidade. Também não requer uma divinização da terra, que nos privaria da nossa vocação de colaborar com ela e proteger a sua fragilidade. Estas concepções acabariam por criar novos desequilíbrios, na tentativa de fugir da realidade que nos interpela. Às vezes nota-se a obsessão de negar qualquer preeminência à pessoa humana, conduzindo-se uma luta em prol das outras espécies que não se vê na hora de defender igual dignidade entre os seres humanos. Devemos, certamente, ter a preocupação de que os outros seres vivos não sejam tratados de forma irresponsável, mas deveriam indignar-nos sobretudo as enormes desigualdades que existem entre nós, porque continuamos a tolerar que alguns se considerem mais dignos do que outros. Deixamos de notar que alguns se arrastam numa miséria degradante, sem possibilidades reais de melhoria, enquanto outros não sabem sequer que fazer ao que têm, ostentam vaidosamente uma suposta superioridade e deixam atrás de si um nível de desperdício tal que seria impossível generalizar sem destruir o planeta. Na prática, continuamos a admitir que alguns se sintam mais humanos que outros, como se tivessem nascido com maiores direitos. (2015, AAS 90)

E o discurso que antes era uma defesa dogmática da crença, volta a discussão na raiz filosófica do ser humano: Qual sua dignidade? Francisco não aprofunda, e nessa Carta Encíclica nem tinha como objetivo, descrever os conceitos da dignidade da pessoa, mas deixa claro que, na visão católica, existe essa diferença. O que distingue o ser humano dos animais não é um simples 'cuidado' entre os da mesma espécie ou não. Francisco afirma que não se deve retirar do ser humano o seu valor, ou a tentativa de uma "divinização da terra" (muitas vezes, até pelos próprios católicos, chamada de *Gaia*⁵) conforme manifestação dos bispos da CNBB poderia deixar implícito e abrindo margem a interpretações. Francisco aproveita e questiona àqueles que desejam limitar (as vezes com razão) em questões éticas as pesquisas científicas, mas não fazem o mesmo quando o que está posto em xeque é a vida do ser humano.

Além disso, é preocupante constatar que alguns movimentos ecologistas defendem a integridade do meio ambiente e, com razão, reclamam a imposição de determinados limites à pesquisa científica, mas não aplicam estes mesmos princípios à vida humana. Muitas vezes justifica-se que se ultrapassem todos os limites, quando se faz experiências com embriões humanos vivos. Esquece-se que o valor inalienável do ser humano é independente do seu grau de desenvolvimento. Aliás, quando a técnica ignora os grandes princípios éticos, acaba por considerar legítima qualquer prática. (2015, AAS 136).

Tendo como base o entendimento ético de respeito à dignidade da pessoa e a concepção de preservação ambiental que preserva, mas não iguala, a *criação*, constata-se a preocupação do texto que ele não seja apenas um estudo teórico sobre meio ambiente afastado da realidade do mercado que a própria Carta Encíclica aponta como um dos fatores responsáveis pela mudança - tanto de ações quanto de mentalidade dos agentes envolvidos. Como relegar simplesmente a um intangível 'mercado' sinaliza, mas não responsabiliza, um agente de forma específica, uma parte da *Laudato Si'* é escrita diretamente tendo os empresários como destinatários. Nesse artigo, as questões relativas aos empreendimentos e projetos ambientais ganham vida com a visão do turismo, e sua aproximação com esses projetos e empreendimentos.

3 A *Laudato Si'*, os empreendimentos e o Turismo

Impacto ambiental, capacidade de carga, inovação tecnológica, responsabilidade social da empresa e responsabilidade social do consumidor. Esses são alguns termos encontrados nos recentes documentos da Igreja Católica que chamam atenção por

⁵ Mitologia Grega: Gaia é a Mãe-Terra, Mãe de Urano (Céu), Ponto (mar) e as Óreas (as montanhas), Nereu (deus marinho primitivo), Fórcis, Ceto, Euríbia e Taumante. Gaia gerou também os doze titãs: Oceano, Céos, Crio, Hiperião, Jápeto, Teia, Reia, Têmis, Mnemosine, Febe e Tétis. Por último gerou Cronos. Cfe: HESÍODO. *Teogonia, a origem dos deuses*. Trad. de Jaa Torrano. São Paulo: Iluminuras, 1991.

provocar o aumento de estudos que contribuam aos empreendedores conseguirem agir de forma ética e responsável em seus projetos. Bento XVI na Carta Encíclica Caritas in Veritatis sugere que seria

bom que as pessoas ganhem consciência de que a acção de comprar é sempre um acto moral, para além de económico. Por isso, ao lado da responsabilidade social da empresa, há uma específica responsabilidade social do consumidor. (2009, AAS 66).

O combate a corrupção, a qual independente das cores e dos partidos que estão no poder fazem tão mal a qualquer nação, também é destacado pelo papa. A troca de favores que leva a acordos ambíguos e que não tem como fim o bem comum e o bem-estar da sociedade. Diferente do que pode parecer pelo senso comum a preocupação de um papa, Francisco esclarece ser o estudo de impacto ambiental algo tão importante que deve preceder a própria elaboração dos projetos nos planejamentos políticos e dos futuros empreendedores, que inclui também os empreendedores e projetos na área do turismo.

A previsão do impacto ambiental dos empreendimentos e projectos requer políticos transparentes e sujeitos a diálogo, enquanto a corrupção, que esconde o verdadeiro impacto ambiental dum projecto em troca de favores, frequentemente leva a acordos ambíguos que fogem ao dever de informar e a um debate profundo. Um estudo de impacto ambiental não deveria ser posterior à elaboração dum projecto produtivo ou de qualquer política, plano ou programa. Há-de inserir-se desde o princípio e elaborar-se de forma interdisciplinar, transparente e independente de qualquer pressão económica ou política. Deve aparecer unido à análise das condições de trabalho e dos possíveis efeitos na saúde física e mental das pessoas, na economia local, na segurança. Assim os resultados económicos poder-se-ão prever de forma mais realista, tendo em conta os cenários possíveis e, eventualmente, antecipando a necessidade dum investimento maior para resolver efeitos indesejáveis que possam ser corrigidos. É sempre necessário alcançar consenso entre os vários actores sociais, que podem trazer diferentes perspectivas, soluções e alternativas. Mas, no debate, devem ter um lugar privilegiado os moradores locais, aqueles mesmos que se interrogam sobre o que desejam para si e para os seus filhos e podem ter em consideração as finalidades que transcendem o interesse económico imediato. É preciso abandonar a ideia de « intervenções » sobre o meio ambiente, para dar lugar a políticas pensadas e debatidas por todas as partes interessadas. A participação requer que todos sejam adequadamente informados sobre os vários aspectos e os diferentes riscos e possibilidades, e não se reduza à decisão inicial sobre um projecto, mas implique também acções de controle ou monitoramento constante. É necessário haver sinceridade e verdade nas discussões científicas e políticas, sem se limitar a considerar o que é permitido ou não pela legislação. (2015, AAS 185)

As finalidades de cada projeto, entre eles os turísticos, deveriam levar em conta os motivos de tais empreendimentos e que o fator econômico não fosse o único que fosse considerado. Perguntas de raízes filosóficas como: Para que? Qual motivo? A quem ajuda? Essas perguntas permitem que o leitor se questione sobre a viabilidade e a razoabilidade do projeto em questão. Visa apenas o lucro ou tem realmente um aspecto em benefício ao ser humano e a localidade em que será inserido? Quais os impactos ambientais e sociais?

Muitos poderiam justificar essas perguntas como formalidades impeditivas ao progresso da comunidade. Ledo engano. Como não fazê-las, independente se as motivações partiram de uma reflexão filosófica ou religiosa? A Carta Encíclica *Laudato Si'* provoca uma inquietação, mas que toma corpo e importância exatamente pela organização institucional religiosa que coloca, ao mesmo tempo, o texto acessível ao presidente da nação, ou ao ribeirinho da comunidade do interior. Nessa dimensão, sinalizar ao empreendedor questões que fogem a uma simplista lógica do mercado, e os faz refletir sobre questões mais humanas, faz da *Laudato Si'* uma importante ferramenta bibliográfica aos agentes do Turismo.

Em qualquer discussão sobre um empreendimento, dever-se-ia pôr uma série de perguntas, para poder discernir se o mesmo levará a um desenvolvimento verdadeiramente integral: Para que fim? Por qual motivo? Onde? Quando? De que maneira? A quem ajuda? Quais são os riscos? A que preço? Quem paga as despesas e como o fará? Neste exame, há questões que devem ter prioridade. Por exemplo, sabemos que a água é um recurso escasso e indispensável, sendo um direito fundamental que condiciona o exercício doutros direitos humanos. Isto está, sem dúvida, acima de toda a análise de impacto ambiental numa região. Isto não implica opor-se a toda e qualquer inovação tecnológica que permita melhorar a qualidade de vida numa população. Mas, em todo o caso, deve permanecer de pé que a rentabilidade não pode ser o único critério a ter em conta e, na hora em que aparecessem novos elementos de juízo a partir de ulteriores dados informativos, deveria haver uma nova avaliação com a participação de todas as partes interessadas. O resultado do debate pode ser a decisão de não avançar num projecto, mas poderia ser também a sua modificação ou a elaboração de propostas alternativas (...) Uma mudança nos estilos de vida poderia chegar a exercer uma pressão salutar sobre quantos detêm o poder político, económico e social. Verifica-se isto quando os movimentos de consumidores conseguem que se deixe de adquirir determinados produtos e assim se tornam eficazes na mudança do comportamento das empresas, forçando-as a reconsiderar o impacto ambiental e os modelos de produção. É um facto que, quando os hábitos da sociedade afectam os

ganhos das empresas, estas vêm-se pressionadas a mudar a produção. (2015, AAS 187, 187)

Ciente que a integralidade do ser humano contempla o espiritual, a Carta Encíclica cumpre seu objetivo pastoral em falar aos católicos e não católicos, mas todos impactados pelos desdobramentos ambientais, os resultados de administrações que não estavam preocupadas com o bem comum. Os empreendedores do Turismo precisam observar as culpabilidades explícitas e implícitas que suas ações causam na comunidade a que elas se desenvolvem. Essas responsabilidades, mais que apenas legislativas, como econômicas, sociais e/ou políticas, não bastam sem a preocupação ética e, porque não, espiritual, dos envolvidos. Ao valer-se de um documento em que não utiliza de seu *múnus pontifício* o Papa Francisco, simbolicamente, divide as responsabilidades de ações entre todos, quer seja o grande projeto organizado por multinacionais, com o apoio dos governos, ou as pequenas ações realizadas nos vilarejos com o objetivo, aparentemente simples, de sanear os recursos hídricos para a utilização dessa água potável pela pequena comunidade. Quando trata-se de ações que têm em seu reflexo os impactos ambientais, todas as ações são igualmente importantes, pois há sempre um ser humano - revestido com toda a sua dignidade de ser humano – que será o beneficiário direto de tais ações. Pensar num mundo para deixar aos filhos e netos parece poético, entretanto agir e empreender para que o cidadão ao lado tenha sua dignidade garantida ao poder aproveitar de um saneamento básico adequado, são conclusões que ao final do estudo da Carta Encíclica, surge como algo evidente. Independente do texto possuir cunho acadêmico, religioso, filosófico ou técnico, se no final ele não expor na prática como o ser humano pode ter sua dignidade garantida, o texto tende a cair no vazio. Nesse aspecto, a Carta Encíclica quando lida como uma provocação aos autores do Turismo, permite a esses a possibilidade de colocar em prática os discursos em defesa do meio ambiente, das sustentabilidades e das políticas públicas em prol do turismo. Afinal, as perguntas como: Para que? Qual motivo? A quem ajuda? Não têm uma apenas uma resposta espiritual, mas – e sobretudo – na atualidade, permite o engajamento social e político do cidadão nas escolhas democráticas, embasadas em princípios éticos e de valores que respeitam a dignidade da pessoa, o bem comum com vistas ao cuidado dessa casa comum.

Referências bibliográficas

- Bento XVI. (2009). Carta Encíclica Caritas in Veritate. Vaticano.
- Bento XVI. (2010). Mensagem para o Dia Mundial da Paz de 2010. Vaticano.
- Francisco (2015). Carta Encíclica Laudato Si: sobre o cuidado da casa comum. Vaticano.
- Frankl, V. (1998). A Presença Ignorada de Deus. 4 ed. Coleção Logoterapia. Petrópolis: Vozes.
- Frankl, V. (1977). Em Busca de Sentido. 23 ed. Coleção Logoterapia. Petrópolis: Vozes.
- Frankl, V. (2005). Um Sentido para a Vida, Psicoterapia e Humanismo. 11 ed. Aparecida/SP: Ideias e Letras.
- Santos, M. M. C. dos; Baptista, I. (2014). Laços Sociais: por uma epistemologia da hospitalidade. Caxias do Sul.
- Taborda Jesus, E. (2014). História e Gestão do Turismo Católico: Pastoralis quoad Turismum. Editora DM. Porto Alegre.
- Zilles, U. (2015). Teoria do Conhecimento e Teoria da Ciência. São Paulo.